

Brasília — cidade do trabalho

CPI-Orçamento

CARLOS MAGALHÃES

* 7 NOV 1993

Será que desta vez as empreiteiras vão ser investigadas, ou a criatividade das que atuam no sentido de que o Estado permaneça corrupto vai encontrar meios, fórmulas, prazos na Justiça, etc, etc, para que o resultado final da atual apuração permita que dentro de pouco tempo haja uma nova rodada de negócios ilícitos para beneficiar os corruptos que não forem apanhados? Não acho possível que a roubo balheira generalizada, instalada na Comissão de Orçamento, que chegou a ter 240 integrantes (120 efetivos e 120 suplentes) não tenha sido percebida por nenhum dos membros do Legislativo. Era roubo demais, muita gente envolvida, muita empreiteira, muitos funcionários, muitos lobistas, muita gente do Poder Executivo, muito prefeito do interior e mesmo assim ninguém desconfiou ou não teve coragem ou vida suficientemente limpa para gritar: PEGA LADRÃO!

Nós, o povo, temos certeza que houve conivência nas duas casas do Congresso e que o espírito de corpo forte entre deputados e senadores não permitiu que a denúncia partisse do próprio Congresso. Foi preciso que um dos marginais, preso por outras razões, e quem sabe para defender a sua integridade física, resolvesse denunciar o assalto, planejado e executado na Casa do povo, por seus representantes, com a aju-

da de funcionários indignos. Ele, o ladrão preso, deve ter suas razões para pensar que só o escândalo nacional seria capaz de preservar a sua vida.

O episódio da Comissão de Orçamento só foi possível porque os ladrões organizados, independente de ideologias, religião e partidos políticos contaram com a desorganização dos honestos, e com as picuinhas e vaidades que os separam.

A maioria se omitiu, muitos deles foram coniventes e todos esqueceram os compromissos que têm com os eleitores que representam. A decência e o interesse público foram esquecidos. Gente de bem tem outros interesses, não se organiza contra o ladrão, tem medo, não denuncia, não quer se aborrecer nem perder as mordomias e o emprego.

Apesar de tudo devemos ter esperança, o Brasil vai mudar, já está mudando e não temos a obrigação de ajudar, pressionando o Congresso, denunciando a corrupção e os corruptos, principalmente aqui em Brasília, constantemente acusada pelos seus detratores de isolar os dirigentes e políticos, propiciando condições para que se instale a corrupção oficial. É claro que isso é mentira e envolve interesses inconfessáveis, que nós brasilienses devemos combater e responder com o exemplo da correção e a clareza nos

negócios públicos. Para isso é necessário que se faça uma grande faxina para espantar a corrupção que vem de fora, trazida pelas grandes empreiteiras de São Paulo, de Minas Gerais, da Bahia, do Rio de Janeiro, etc... e por seus representantes no Congresso Nacional.

Para que as relações entre Brasília e os negócios escusos dos deputados e senadores desonestos sejam esclarecidos, a apuração deve se voltar imediatamente para os negócios que envolvem os políticos locais, as obras maiores do Governo do Distrito Federal, as obras do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, executadas aqui, com recursos oriundos das emendas plantadas no orçamento. Vamos defender a nossa cidade e se for o caso assumir as nossas culpas, exigindo que as dúvidas que pairam sobre os políticos de Brasília sejam imediatamente apuradas para que possamos reconstruir a imagem de cidade do trabalho que conquistamos com esforço, determinação e com a competência dos nossos técnicos. Políticos corruptos e empreiteiras desonestas não devem ter lugar na cidade que já foi considerada, principalmente durante a sua construção, um exemplo de trabalho eficiente.

■ Carlos Magalhães é coordenador regional do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural

JORNAL DE BRASÍLIA